

**Para além das fichas:
falando sobre documentação de acervos museológicos
em sala de aula**

**Beyond paper records:
speaking about museum documentation
in the classroom**

Juliana Monteiro¹

DOI 10.26512/museologia.v11iEspecial.42791

Resumo

Falar de documentação de acervos museológicos em sala de aula é uma tarefa que demanda criatividade e constante articulação entre conceitos básicos, como o de objeto-documento, às práticas cotidianas de um museu. Dessa forma, o processo de ensino e aprendizagem sobre o tema ganha, de muitas formas, se realizado a partir de exploração teórica de fundamentos introdutórios e realização de exercícios pautados em situações-problema. Porém, é válido ressaltar que abordar o tema em sala de aula também implica um olhar atento às questões contemporâneas, como as que são trazidas por perspectivas mais inclusivas, democráticas e não centradas na escrita como ferramenta básica de registro. É partir de tal cenário que o presente artigo busca apresentar os caminhos percorridos até agora em dois componentes curriculares que tratam da documentação de acervos museológicos no âmbito do curso técnico estadual de Museologia da ETEC Parque da Juventude, em São Paulo. Para tanto, foi adotada uma metodologia exploratória, baseada principalmente em observações empíricas extraídas do cotidiano da docência, com vistas a compartilhar impressões e aprendizados.

Palavras-chave

Ensino profissionalizante; Documentação; Museus.

Abstract

Speaking about museum documentation in a classroom is a task that demands creativity and constant articulation between basic concepts, as object-document and the practical issues of daily life in museums. Therefore, the teaching-learning process wins when realized based on the theoretical exploration of initial fundamentals and exercises focused on a problem situation. However, it is worth emphasizing that addressing the topic in the classroom implies a careful look to contemporary questions, such as inclusive, democratic, and not centered on writing perspectives. Based on this scenario the present essay tries to present the ways that have been traced in two curricular components that deal with the documentation of museum collections in the Museology course at ETEC Parque da Juventude in São Paulo. To this end, an exploratory methodology was adopted, based mainly on empirical observations extracted from the daily life of teaching, with a view to sharing impressions and learning.

Keywords

Vocational Education; Documentation; Museums.

¹ Museóloga formada pela UFBA, especialista em gestão pública pela FESPSP e mestra em Ciência da Informação pela ECA-USP. É professora do curso técnico de Museologia da ETEC Parque da Juventude desde 2010. Também ministra aulas no curso de especialização em Museologia, Educação e Cultura da PUC-SP, em cursos livres da FESP-SP e no Programa Formativo “Patrimônio, Memória e Gestão Cultural” da Casa Mário de Andrade. Trabalhou no Museu da Energia de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e Museu da Imigração de São Paulo. Desde 2016, é museóloga freelancer, atuando em projetos de documentação de acervos. É colaboradora nacional da empresa portuguesa de software de gestão de coleções culturais Sistemas do Futuro. Possui como principais interesses a abertura de acervos museológicos na web, a gestão compartilhada de coleções e a descolonização de práticas documentárias a partir de perspectivas do Sul Global.

Introdução

O objetivo do presente artigo é apresentar, com base em revisão bibliográfica e a experiência prática, os desafios, oportunidades, conceitos e estratégias do processo de ensino e aprendizagem sobre documentação de acervos museológicos no âmbito do curso técnico noturno de Museologia da Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, localizada na cidade de São Paulo e o único do gênero no Brasil.

Para iniciar a escrita, é importante estabelecer alguns parâmetros que ajudam a compreender as reflexões e relatos aqui presentes. Atuo como professora do curso técnico desde 2010, tendo começado ainda muito jovem a desbravar os caminhos da docência junto a muitas turmas de primeiro, segundo ou terceiro módulos do curso. A juventude, olhando em retrospecto, que me fazia ser confundida com alunas e alunos por funcionários e pelos próprios discentes, me permitiu iniciar esse caminho, ainda que timidamente, com uma mente recheada de ideias e vontade de fazer dar certo. Vale ressaltar que a docência não havia sido um destino que passara até então pelos horizontes de possibilidades de atuação, sendo algo longínquo para mim. E eis que a oportunidade acabou chegando em um momento em que me encontrava, profissionalmente falando, em um período de muito aprendizado sobre a própria documentação.

Hoje, passados 11 anos do início dessa jornada, posso dizer que os métodos de ensino foram sendo aprimorados, e a juventude ganhou a experiência como companheira. A cada semestre, são novos não só os rostos e nomes, mas também as propostas e discussões que surgem, mas já tendo uma base mais consolidada para seu desenvolvimento. Porém, há um mote que continua funcionando como norte para os encontros em sala de aula: por que é necessário falar sobre documentação de acervos museológicos? O que é documentação de acervos museológicos? E, sem nunca esquecer: para quem fazemos a documentação de acervos museológicos?

Essas três perguntas, sempre retomadas ao longo de todos esses anos, servem para que se estabeleça nas aulas o seguinte: que a documentação não é opcional; que é uma atividade complexa (não no sentido de dificuldade, mas que possui diferentes camadas); e que é um dos pilares para que museus possam difundir, tornar acessíveis e compartilhar os acervos com a sociedade — ou seja, quando uma equipe documenta algo, não deve fazê-lo apenas com foco em especialistas, mas nos mais diferentes públicos que uma instituição museológica pode ter.

Por isso, é possível dizer que fazer documentação é algo bem maior do que a ideia bastante cristalizada que tal atividade se resume a preencher fichas, de modo mecânico e seguindo manuais pouco adaptados à realidade atual. Fazer documentação é, antes de tudo, compreender que toda e qualquer ação de caráter documental tem impacto na interpretação que se dá a um objeto museológico. E que, portanto, longe se está de um ato asséptico, neutro e livre de olhares pessoais. Estamos, assim, no terreno da normalização da informação, mas também do entendimento de que o próprio processo de produção da mesma não é livre de perspectivas e tendências.

Sendo assim, cumpre apresentar a seguir o modo como tais ideias se consubstanciam no plano de aula, respectivamente, do componente Documentação Museológica e do componente Banco de Dados para Museologia, pelos quais sou responsável atualmente. Esses são componentes que fazem parte da

matriz curricular relativa ao primeiro módulo do curso. Além desses dois, há um terceiro componente curricular da área de documentação, também ministrado no primeiro módulo, denominado Gestão e Política de Acervos, cuja titularidade é de outro docente, mas pelo qual já tive também a oportunidade de ministrar. Os três componentes são interrelacionados, o que auxilia na dinâmica de inter-relacionamento entre as aulas.

A partir disso, será possível abordar quais os conceitos principais que permeiam ambos e quais as atividades práticas são desenvolvidas a partir da teoria.

Detalhando os componentes Documentação Museológica e Banco de Dados para Museologia

O componente curricular Documentação Museológica possui uma estrutura prevista em plano de curso² que é eminentemente teórica, de 50 horas. A ele correspondem competências, habilidades e bases tecnológicas específicas. Compreende-se no âmbito do presente artigo que competência é a capacidade de abstração e construção de conhecimento por um/uma discente a partir daquilo que lhe é ensinado; habilidade é a capacidade de colocar em prática o que foi aprendido e elaborado internamente no processo de aprendizagem e base tecnológica é a parte ferramental ou instrumental, que auxilia tanto em competências quanto em habilidades a serem desenvolvidas.

Entre as competências que se espera que o/a estudante alcancem, está a compreensão do ciclo documental inerente ao gerenciamento de uma coleção. Em outras palavras, o que se pretende com o componente é que este auxilie os/as estudantes a entender que a documentação de acervos museológicos é uma atividade relacionada à gestão de acervos, sendo uma de suas partes elementares.

Durante a realização de todos os procedimentos de gerenciamento, como aquisição, registro, inventário, catalogação, conservação, movimentação etc., há produção contínua e constante de informações. O registro de todo esse conjunto de dados se dá, principalmente, por meio de instrumentos documentais, tais como (mas não só): recibos de entrada e saída, fichas catalográficas manuais, planilhas de inventário, laudos de conservação e mapas de localização. Reconhecer quais são os trâmites realizados e como se configuram tais tipos documentais, observando quais são as informações que precisam necessariamente estar contidas neles, é, então, um desdobramento da competência associada ao componente Documentação Museológica.

Já em relação às habilidades, espera-se que consigam visualizar quais são os trâmites inerentes aos processos documentais e como usar os tipos documentais específicos para cada etapa. Isso implica que os/as estudantes compreendam, a partir de uma perspectiva prática, a qual processo está vinculado o uso de determinado documento, sabendo assim usá-lo de forma coerente com o contexto. Cabe aqui a apresentação, para as turmas, de quais são esses processos no formato de procedimentos, tais como procedimento de aquisição, empréstimo-entrada e saída e movimentação de objetos. Dentro da apresentação de cada um deles, buscamos já trazer a base tecnológica principal do componente, que é a norma SPECTRUM 4.0 (2013), na sua faceta procedimental.

² Disponível em: <https://www.etecparquedajuventude.com.br/Cursos/Museologia/PlanoCurso/270%20-%20Museologia%20%20sem%202019.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

Para além das fichas:

falando sobre documentação de acervos museológicos em sala de aula

Sendo assim, as turmas entram em contato com orientações já consolidadas por uma comunidade profissional internacional a respeito de como podem realizar os procedimentos, ainda que no âmbito do componente só possamos abordar parte daquilo que a norma considera como *procedimentos primários*. O passo a passo de cada procedimento é discutido com os/as alunos/as, fazendo correlações com os documentos mais usuais para cada momento e quais são as informações que a norma SPECTRUM indica para aquela etapa.

Nesse ponto, é válido ressaltarmos a articulação do referido conteúdo com outras orientações correlatas, tais como aquelas relativas às formas de descrição de objetos. A ênfase dada a esse ponto se dá pelo fato de que as diretrizes sobre como descrever um objeto são importantes para que os/as discentes consigam produzir informações que são demandas em vários pontos dos procedimentos supracitados, como, por exemplo (mas não só), descrição de um objeto que está prestes a ser adquirido por uma instituição museológica ou que está sendo procurado dentro de uma reserva técnica.

Tendo em vista o tempo de 50 horas do componente, procuramos priorizar 3 tipologias de acervo que, de modo geral, estão presentes em muitos acervos museológicos: pintura e escultura, mobiliário e fotografia. As aulas são sempre dadas por especialistas em cada um desses tipos de acervo, para que a turma possa ter o máximo contato possível com a experiência de lidar com as especificidades de cada um.

Já no componente de Banco de Dados para Museologia, a abordagem sobre o universo documental é um pouco diferente, embora complementar à Documentação Museológica. Nessa perspectiva, Banco de Dados para Museologia é tido como um componente curricular que aborda um aspecto específico da documentação, que é a organização e circulação da informação. Os bancos de dados são vistos no âmbito do componente como *ferramentas* que auxiliam o fazer documental, colaborando para que diferentes tipos de registros sejam possíveis de serem feitos de forma mais segura, controlada e integrada. Outro aspecto ressaltado durante as aulas é que um banco é uma ferramenta robusta, que permite a manipulação de informações por diferentes usuários e usuárias, com base no relacionamento entre diferentes tabelas de dados.

O componente, assim como Documentação Museológica, também é de 50 horas. Mas, de modo diverso do outro, sua natureza é eminentemente prática. Em termos de competências, temos a capacidade de documentar acervos utilizando padrões de estrutura de dados e terminologia controlada e de identificar softwares de gerenciamento de informações sobre acervos.

A primeira competência é relativa à construção de conhecimento por parte dos/as estudantes sobre normas relativas à configuração lógica dos dados que podem ser compilados sobre um acervo. Ou seja, se estamos diante de uma coleção, que tipo de informação é possível produzir? E como organizá-la? E como interrelacionar tais informações? Por exemplo, se temos que registrar dados sobre conservação, quais os campos que deveriam ser considerados num banco de dados? E seriam campos do tipo data, número, texto ou controlado? Possuiriam acúmulo de histórico ou só precisariam ser registrados uma única vez?

Para colaborar no desenvolvimento de tal raciocínio, usamos em sala de aula as Categorias de informação do CIDOC e os Requisitos de Informação da norma SPECTRUM 4.0. Com essas bases tecnológicas, é possível apresentar para a turma pontos de partida elaborados pela comunidade profissional inter-

nacional da área de museus. Logo, as normas são trabalhadas não como uma resposta absoluta às questões que surgem do cotidiano da documentação de acervos, mas como bases a partir das quais é possível criar e adaptar.

A segunda competência possui conexão com um dos pontos principais que ferramentas informatizadas devem permitir que usuários e usuárias façam: o uso de vocabulários controlados na gestão da informação. Vocabulários controlados são linguagens artificiais, mais ou menos complexas, que auxiliam a indexação e a recuperação de conteúdos sobre os acervos. Quanto mais uma ferramenta foi pensada para exigir da equipe de um museu a construção e aplicação de vocabulários controlados, mais precisa será a informação nela presente. Durante as aulas, procuramos chamar a atenção para o fato de que os vocabulários controlados podem ser aplicados a diferentes tipos de informação, como denominação de objetos, técnicas, materiais e nomes de locais geográficos.

Nomes de pessoas físicas e jurídicas (ou entidades) também devem ser alvo de tratamento específico, a fim de que se evite a duplicação ou triplicação de entidades no banco de dados. É necessário que uma instituição selecione quais serão as formas padrão e as variantes (como nome de registro civil, apelidos etc.) dos nomes de entidades, a fim de que, no banco de dados, todos esses nomes possam ser relacionados. Por exemplo, se a instituição que possui em seu acervo obras de Di Cavalcanti, necessariamente precisará decidir como o nome do artista será escrito: Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque Melo ou Di Cavalcanti. Com a escolha de uma das formas, as outras podem ser relacionadas, se assim a ferramenta tiver sido pensada, ao registro daquela entidade como variações do nome.

É preciso ressaltar, por último, que o componente Banco de Dados para Museologia não possui como objetivo ensinar os e as discentes a programar sistemas. Antes disso, o foco é justamente garantir um entendimento mais completo da função dos bancos de dados na gestão de acervos museológicos, desenvolvendo um processo de aprendizagem baseada na lógica de inter-relacionamento de dados.

A partir do exposto, é possível passar para a próxima etapa do presente artigo, que é a apresentação dos principais conceitos trabalhados em ambos os componentes.

Conceitos trabalhados em sala de aula

As primeiras aulas são sempre orientadas a apresentar aos alunos e às alunas uma introdução ao universo da documentação, dando norte tanto para o componente Documentação Museológica quanto Banco de Dados para Museologia. Logo, a primeira discussão abordada é, justamente, sobre *o que é documentação de acervos museológicos*.

Para iniciar tal debate em sala de aula, é válida a citação de um trecho do Código de Ética do ICOM para Museus (2009, p. 18, grifo nosso), em sua versão lusófona, que diz:

2.20 Documentação dos acervos

Os acervos dos museus devem ser documentados de acordo com normas profissionais reconhecidas. Esta documentação deve permitir a **identificação e a descrição** completa de cada item, dos **elementos a ele associados**, de sua **procedência**, de seu **estado de conservação**, dos **tratamentos** a que já foram submetidos e de sua **localização**. Estes dados devem ser mantidos em ambiente

Para além das fichas:

falando sobre documentação de acervos museológicos em sala de aula

seguro e estar apoiados por sistemas de recuperação da informação que permitam o acesso aos dados por profissionais dos museus e outros usuários autorizados.

Tal trecho estabelece que a documentação é parte inerente do cotidiano dos museus, ao explicitar que os acervos devem ser identificados, descritos, pesquisados e conservados, bem como alocados em espaço seguro e gerenciados por sistemas de documentação consistentes. A ênfase está, sobretudo, na questão do *controle da coleção*. E, se formos um pouco mais adiante, talvez haja uma camada a mais que reforce que o controle é, sobretudo, sobre o *aspecto físico* da coleção, decorrente da preocupação com a descrição de cada item, sua conservação e localização. Ou seja, documentar, em uma primeira instância, seria uma ação necessária para fins talvez mais internos e administrativos.

A questão que surge de tal perspectiva é: seria a documentação, na prática, de fato um ato que possui somente essa faceta? A resposta que a prática nos dá, e a literatura técnica da área, é que não.

A documentação de acervos museológicos pode ser compreendida também como:

Documentação, ou **gestão da informação** sobre as coleções, é a chave para abrir o potencial dos nossos museus. **É mais do que um simples meio de gerenciar os objetos de uma coleção.** É um caminho para transformar um objeto em um artefato de trabalho, uma parte vital **do processo criativo** que envolve **reconhecimento e inspiração** por todos os usuários. (HOULILHAN, 2009: 13, tradução nossa, grifo nosso³).

Nessa perspectiva, entendemos também que esse fazer está associado igualmente à ideia de produzir informações sobre os acervos para que se tornem fontes representativas para diferentes públicos. Ou, em outras palavras, a documentação serve também para *compartilhamento de saberes* e *construção de diálogo* com a sociedade, por meio de um acervo que é explorado em todo seu potencial, de forma criativa.

Além disso, é necessário também sublinhar um fator fundamental para que qualquer processo de documentação funcione: a figura do/a próprio/a documentalista. Tal profissional exerce uma série de tomadas de decisão que impactam diretamente na interpretação do que é cada um dos objetos que compõem um acervo. E, por isso, é essencial que todas as pessoas que atuam nessa área tenham consciência do seu próprio *lugar de fala*.

Por exemplo, quando criamos e aplicamos esquemas classificatórios, estamos expressando uma determinada visão de mundo. Ou seja, a escolha não parte apenas de quem cria o plano de representação, mas também de quem o usa e tem o poder de modificá-lo ou não. Ou, quando criamos uma estrutura de campos em uma ficha que prioriza determinados aspectos de um objeto em detrimento de outros, podemos estar desconsiderando uma série de camadas de informação que nos ajudariam a criar diferentes tramas de interpretação para aquele item.

Ressaltar a referida perspectiva junto aos e às discentes é um chamamento, ainda que introdutório, à reflexão crítica sobre sua própria atuação pro-

3 Texto original: "Documentation, the management of information about collections, is the key to unlocking the potential of our museums. It is more than simply a means of managing an object in a collection. It is a way of turning that object into a working artefact, a vital part of the creative process which transforms recognition into inspiration for our users".

fissional futura. Sabemos que, no universo da prática, existe uma demanda muito grande para profissionais da área da documentação, principalmente para projetos de inventário e catalogação, ou mesmo de implantação de bases de dados. Para que essa atuação seja significativa e, acima de tudo, criativa, é importante que os/as discentes tenham espaço, ainda em período formativo, para explorarem como poderão atuar de forma crítica.

Longe estamos, portanto, da ideia de que documentar é um ato operacional de preenchimento de fichas, ou, de outra forma, de um saber hermético de poucos especialistas, que dominam códigos, classificações e sistemas numéricos. E esse é um ponto de inflexão muito importante para discussão com alunos e alunas, para que vislumbrem as inúmeras possibilidades de contribuição que o fazer documental pode ter em relação a uma instituição museológica e à sociedade.

Desse modo, é possível, fazer uma tentativa de desenhar uma definição de documentação de acervos museológicos que engloba tanto aspectos operacionais e conceituais. Com base em Monteiro (2014) e Cerávolo (2012), podemos dizer assim que a documentação de acervos museológicos é *um labor intelectual e uma atividade operacional*, que envolve:

- Realização de ações de produção e organização de informações sobre objetos, pessoas físicas e jurídicas associadas aos objetos, bem como lugares (de produção/origem, procedência, etc) e eventos (cronologia de ex-proprietários, fatos da vida do objeto antes e depois dele entrar para a coleção);
- A gestão física sobre as coleções (localização, conservação, movimentação, transporte etc)
- Para fins de produção de conhecimento e facilitação de acesso às informações.

Com base em tais pressupostos, é possível prosseguir para uma discussão correlata, que é a relativa ao alvo da documentação: a discussão sobre que é objeto museológico. Ou, mais precisamente, o que é objeto-documento museológico.

Documento é uma noção central para diferentes áreas, como a Museologia, a Documentação e a Ciência da Informação — apenas para citar algumas. Possui diferentes concepções, sendo possível afirmar que as variações de significado do termo, muito mais do que uma possível ausência de sistematização conceitual, são representativas de seus diferentes contextos de uso, conforme destaca Lund (2009).

Tradicionalmente, documento é interpretado como o suporte para registro da informação — concepção ampla que encontra ressonância do pensamento do advogado Paul Otlet, um dos fundadores da Documentação, no final do século XIX e início do século XX. Para Otlet (1934), não só documentos como livros poderiam ser considerados como tais, mas também tudo aquilo criado pelo engenho humano que pudesse ser utilizado para informar. Uma de suas principais seguidoras, a documentalista Suzanne Briet (2006), também compartilhou desse entendimento amplo de documento, mas trouxe suas próprias contribuições, como a compreensão do documento enquanto signo e a importância de se considerar a função do profissional na execução das atividades de documentação.

Para além das fichas:

falando sobre documentação de acervos museológicos em sala de aula

De forma muito resumida, podemos dizer que nas discussões mais recentes que se desenvolveram e desenvolvem a partir desses subsídios iniciais, “documento” pode ser entendido como algo social e culturalmente construído, sendo seu status de ‘documento’ é algo transitório. Ou seja, o documento se constitui enquanto tal a partir do uso informacional que dele se faz, tendo os e as profissionais da informação e suas práticas um papel fundamental no seu tratamento e posterior apropriação pelas comunidades potencialmente usuárias da informação. Torna-se possível, a partir dos pressupostos apresentados inferir que, de fato, qualquer elemento existente na realidade pode ser algo passível de atribuição como um documento, incluindo os objetos de museus.

Objeto é um termo presente em grande parte da bibliografia da área da Museologia, particularmente aquela que se refere aos conceitos chave da área (MENSCH, 1992; CERÁVOLO, 2009; DESVALLÉS; MAIRESSE, 2010). Necessário destacar neste contexto o papel do Comitê Internacional para a Museologia do ICOM — o ICOFOM-ICOM — criado em 1977, cuja atuação tem marcado os rumos das discussões, eventos e publicações sobre o que é Museologia e quais seriam as bases da sua(s) teoria(s). Outro conceito que também surge nessas discussões e que está intrinsecamente relacionado à reflexão sobre este assunto é o de *musealização*.

Um pressuposto inicial para a discussão é a compreensão de que o objeto pode ser entendido como qualquer elemento que se materializa na realidade social e que possui sentido para os sujeitos que com ele se relacionam. Essa materialização pode ocorrer de forma temporária, como no caso dos saberes e fazeres, como danças, músicas, os conhecimentos culinários e medicinais, e mesmo os ofícios que apesar de intangíveis, se materializam, momentânea ou permanentemente, em coisas físicas para serem operacionalizados, sendo dependentes da ação de sujeitos (FONSECA, 2003, p. 66).

Nesta relação cotidiana, muitas vezes quase inconsciente e pautada pela funcionalidade, os objetos “[...] não são apenas produtos, mas vetores de relações sociais” (MENESES, 1994, p. 12). Trata-se, na perspectiva de Meneses (1994), de uma superação da dicotomia entre cultura material e não material, ou de fenômenos sociais materiais e não materiais, que sempre marcou fortemente a discussão sobre a natureza dos objetos. Compreende-se, desta forma, que quando selecionados para integrar a coleção de uma instituição — e assim transformados em *museológicos* — os objetos se estabelecem não somente como evidências de si mesmos, mas também como redes de relações socioculturais, de códigos e contextos históricos dos quais são provenientes. Consequentemente, ser um objeto museológico implica que um objeto adquiriu um novo significado e um novo status, diferente de sua vida como objeto do cotidiano, mas que a ela faz referência direta.

A esse processo contínuo de construção dos objetos como indicadores de memória é que se dá a designação de musealização — aqui, focada no espaço do museu. É por meio de tal processo que se dá a construção de um objeto como sendo museológico e sua transformação em documento. O mesmo processo também inscreve o objeto na lógica contemporânea do museu, que não corresponde à lógica da sua produção ou a de seu uso (MENESES, 1994; MENSCH, 1992). Ele se transforma em indício de um contexto, fenômeno ou evento, que será reunido a outros objetos e com eles, a partir da contextualização produzida pelas práticas documentárias e pelas políticas institucionais, conformará uma nova realidade — a do museu, marcada por seus esquemas classificatórios, formas e espaços de exibição.

Conforme visto anteriormente, a própria noção clássica de documento apresentada pela Documentação e seu desenvolvimento até os dias atuais por disciplinas como a Ciência da Informação demonstram que todo e qualquer objeto produzido pelo ser humano ou mesmo pela natureza pode ser uma coisa passível de se transformar em um documento, o que é coerente com a noção apresentada de “objeto”. Deste modo, é possível compreender que ser um “objeto” e ser um “documento” são dois estados ontológicos atribuídos a algo que existe na realidade, sendo que no caso dos objetos que foram musealizados, essas duas condições parecem se sobrepor.

Sendo assim, a aplicação do conceito de objeto como documento indica que documentá-lo não é um ato burocrático ou hermético. Para sua realização, há que se ter clareza do que se está denominando como documentação e quais são os desdobramentos conceituais e metodológicos a partir dessas escolhas. É um pressuposto básico considerar que a documentação faz parte do processo de musealização — e uma parte importante! O objeto de museu é algo que remete à malha relacional de conexões entre entidades, lugares, eventos e histórias de uso fora e dentro do museu.

O objeto de museu é uma entidade complexa, que demanda que as informações sobre as dimensões as quais remete e pertence, devam ser produzidas a partir de uma lógica multirrelacional. A documentação deve ser, portanto, orientada à comunicação de sentidos — não únicos e encerrados nos próprios objetos, mas relativizados e ofertados de tal modo a inserir os objetos no mundo no qual eles são agora observados, apropriados, criticados, sentidos.

A partir desses pressupostos teóricos básicos, é possível desenvolver atividades práticas com as turmas, que serão comentadas a seguir.

Atividades práticas

Como já comentamos anteriormente, os componentes Documentação Museológica e Banco de Dados para Museologia são muito próximos e complementares. Os conceitos trabalhados em um servem para o outro e vice-versa, colaborando para que os e as discentes tenham uma visualização do ciclo documental que ocorre dentro dos museus. Sendo assim, uma parte fundamental das aulas é justamente a realização de atividades práticas. Todas as atividades desenvolvidas são pensadas para que o conceito de objeto museológico enquanto *documento* seja transposto para a prática, explorando suas facetas e camadas possíveis de interpretação.

Durante a pandemia de COVID-19, as atividades realizadas foram redirecionadas para um exercício de base para qualquer futuro profissional da área de documentação: a elaboração, em grupo, de uma planilha de inventário em Excel. Tal atividade já é realizada no âmbito do componente Banco de Dados para Museologia há alguns anos, mas durante o período de aulas remotas se tornou a principal atividade prática de documentação a ser desenvolvida.

É importante ressaltar que sempre é explicado à turma que uma planilha obviamente não substitui um sistema de gerenciamento de banco de dados, mas que na ausência de algo robusto como tal, ela pode ser usada para compilação de informações — mesmo que possua limitações. A escolha por essa ferramenta se dá também pelo fato de que arquivos com essa extensão podem ser, a depender do contexto, migráveis para futuras bases de dados. Além disso, é uma ferramenta que geralmente está à disposição de qualquer museu, independente de presença de acesso à internet.

Para além das fichas:
falando sobre documentação de acervos museológicos em sala de aula

A atividade pode ser entendida como parte de uma situação-problema, em que os e as discentes precisam aplicar suas competências e habilidades para solucionar uma questão. O enunciado do exercício estabelece que os grupos precisam desenvolver uma planilha que deve possuir cinco abas, a saber: *Identificação*, *Aquisição*, *Conservação*, *Localização* e *Imagem*. Também é indicado aos alunos e alunas a necessidade de elaboração de listas autorizadas de termos para campos que são identificados como sendo de preenchimento com vocabulário controlado. A partir disso, cada estudante seleciona um objeto, para facilitar a realização de compilação de informações e tornar o exercício menos abstrato. A escolha por tais conjuntos de informação não é, todavia, aleatória. Ela se baseia justamente na intenção de provocar o olhar da turma para dados que geralmente aparecem como básicos em qualquer atividade de documentação de acervos. Apesar disso, o modo como cada grupo se apropria de cada conjunto de informações pode variar, a depender da proposta que traz para resolver o exercício. Por exemplo, se os alunos ou alunas quiserem realizar a atividade com um acervo mais específico, no qual os objetos são muito semelhantes ou pertencentes a uma mesma categoria — como vestuário ou numismática — a aba *Identificação* pode conter campos que sejam mais adequados a essa especificidade.

Os alunos e alunas são incentivados a pensar em algumas questões prévias à elaboração da planilha, tais como: quais os tipos de informação precisam estar nas respectivas abas do arquivo? O que as normas de estrutura de dados, como as Categorias de Informação do CIDOC e a SPECTRUM 4.0 nos trazem de contribuição para definição dos campos? Como lidar com informações que necessitam ser registradas quantas vezes forem necessárias, como as relativas ao estado de conservação e localização dos objetos? Ao longo das reuniões de orientação — que, com as aulas remotas, aconteceram apenas no modo online — essas questões são tratadas de modo a estimular os e as discentes a pensarem como lidariam com elas se estivessem em um museu.

O exercício culmina na apresentação do resultado alcançado por cada grupo para toda a classe por meio de seminários, o que configura uma oportunidade para toda a turma visualizar como os e as colegas resolveram as questões postas pela situação problema. É um momento de troca e uma oportunidade para que novas ideias surjam. Após a apresentação do trabalho, toda a turma ganha mais uma ou duas aulas para realização de revisão e ajustes até o momento da entrega final.

Considerações finais

Trabalhar com documentação de acervos museológicos, seja na prática cotidiana ou na sala de aula, é sempre um bom desafio. Isso porque falar sobre o assunto exige a construção e desconstrução, ao mesmo tempo, de parâmetros e conceitos associados a esse fazer. O caminho apresentado no presente artigo, nesse sentido, que busca partir de conceitos centrais como o de *objeto-documento* para a prática, não significa que seja o único a ser realizado para o processo de ensino e aprendizagem de documentação, mas sim o que apresenta maior sentido no âmbito do curso técnico.

Por fim, cumpre dizer que o assunto documentação é muito dinâmico. De tempos em tempos, a comunidade profissional traz para primeiro plano novas temáticas e preocupações, o que faz com que o conteúdo das aulas seja atualizado ou adaptado.

Uma questão bastante em evidência nos últimos tempos tem sido justamente a necessidade de revisitar práticas e metodologias da documentação para aproximá-las de perspectivas mais inclusivas, democráticas e que buscam por justiça social. Um desdobramento direto desse novo cenário, por exemplo, é a incorporação de propostas participativas na produção de conhecimento sobre os acervos e que levem em consideração a não centralidade da escrita para a realização das ações documentais. Um exemplo claro disso são os inventários participativos, que trazem outras metodologias para registro da informação. Trazer tais mudanças em curso para o âmbito das aulas é necessário e, ao mesmo tempo, um caminho mais cheio de dúvidas e possibilidades em aberto do que de respostas prontas.

Referências

BRIET, Suzanne. *What is Documentation?*. EUA: Scarecrow Press, 2006. 72 p.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Tecendo interfaces teóricas e metodológicas por sobre o conceito museologia: o exercício de uma tese. In: SANTOS, Claudia Penha dos; GRANATO, Marcos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. (Orgs.). *Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas*, Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 7-24. (MAST Colloquia; 11).

CERÁVOLO, Suely Moraes. Museus e geração de informação: embates práticos. In: BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell (org.) *Anais do II Seminário Serviços de Informação em Museus*, 2012, São Paulo. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322808.pdf>. Acesso em: 01/06/2022.

CONSELHO Internacional de Museus (ICOM). *Código de Ética do ICOM para Museus: versão lusófona*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2009. 31 p.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). *Conceitos-chave de Museologia*. ICOM, Armand Colin, 2010. 90 p. Disponível em: < http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf >. Acesso em: 2021-11-23.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ e UNI-RIO, 2003. p. 56-77.

HOULIHAN, Mike. Foreword. In: MUSEUM Documentation Association. *SPECTRUM 3.2*. Disponível em: <https://www.museumswesen.smwk.sachsen.de/download/spectrum-3-1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 43, n. 1, 2009, p. 1-55. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.2009.1440430116/full>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Para além das fichas:

falando sobre documentação de acervos museológicos em sala de aula

MENESES, Ulpiano Teixeira Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. São Paulo. v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

MENSCH, Peter Van. The object as data carrier. In: _____. *Towards a methodology of Museology*. Zagreb, 1992. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade de Zagreb, 1992. Disponível em: <https://emuzeum.cz/admin/files/Peter-van-Mensch-disertace.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MONTEIRO, Juliana. *Documentação em museus e objeto-documento: sobre noções e práticas*. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.27.2014.tde-22012015-105632. Acesso em: 22 nov. 2021.

OTLET, Paul. *Traité de Documentation - Le Livre sur le Livre - Théorie et Pratique*. Bruxelles: Mundaneum, Palais Mondial. 1934. 452 p. Disponível em: http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 08 abr.2022.

Recebido em abril de 2022

Aprovado em julho de 2022